

Autenticidade como Valor

Aspectos da uma concepção de Autenticidade no Patrimônio

Authenticity as a Value
Aspects of a Conception of Authenticity in Heritage

Albino Mário Santos Dantas 

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

albino.dantas.hist@gmail.com

Conflito de Interesses: nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Data de Submissão: 16/02/2021

Data de Aprovação: 05/05/2021

Resumo

A autenticidade é um tema cada vez mais presente nos debates acerca do Patrimônio. Entretanto, ambiguidades com outros conceitos igualmente fundamentais como *originalidade* e *integridade* mostram que o que é “autêntico” merece uma atenção mais detalhada. O presente artigo se propõe a uma interpretação da autenticidade como Valor por meio da desambiguação entre as noções observadas de ‘autêntico-como-original’ e ‘original-como-autêntico’. Em seguida, apresenta a estruturação de uma concepção de Autenticidade baseada em lógica formal e discute o papel do pesquisador como agente articulador das noções apresentadas em seus contextos históricos e paradigmas científicos.

Palavras-chave: Autenticidade; Patrimônio Cultural; História Cultural

Abstract

Authenticity is a theme that is increasingly present in debates about Heritage. However, ambiguities with other equally fundamental concepts such as originality and integrity show that what is "authentic" deserves more detailed attention. This article proposes an interpretation of authenticity as Value through the disambiguation between the observed notions of 'authentic-as-original' and 'original-as-authentic'. Then, it presents the structuring of a concept of Authenticity based on formal logic and discusses the researcher's role as an articulating agent of the notions presented in their historical contexts and scientific paradigms.

Keywords: Authenticity; Cultural Heritage; Cultural History

1.Introdução

O Campo de estudos acerca do Patrimônio Cultural é marcado por uma intrincada rede de estudos interdisciplinares cuja urdidura se assenta em conceitos fundamentais. Ressaltados por esse ou aquele afluente nos estudos do Patrimônio, suas definições se completam ou polarizam. Tamanha complexidade exige o reconhecimento do lugar, na cenografia discursiva, daquele que pesquisa sobre os temas ligados ao Patrimônio. À guisa de esclarecimento, entendemos os conceitos como parte integrante de um discurso e, como tal, estabelece uma deixis discursiva que

Em geral, as três instancias da deixis discursiva não correspondente a um número idêntico de designação nos textos, mas cada uma recobre uma família de expressões em relação de substituição. Distinguir-se-á nesta deixis o locutor e o destinatário discursivos, a cronografia e a topografia. (MAINGUENEAU, 1997 p.41)

Portanto, um conceito pode ser historicizado. Ao considerar a pergunta intrínseca nesse artigo – O que é Autenticidade? – devemos analisar as questões subjacentes para quem, quando e onde. Abordaremos o tema a partir de uma perspectiva teórico metodológica histórica, o que requer uma desambiguação vital acerca do tempo. Este será tratado sob a perspectiva de Krzysztof Pomian (1993) a qual apresenta duas formas de tempo: Qualitativa e Quantitativa. O Tempo Quantitativo é aquele que transcorre de maneira mais ou menos uniforme e homogênea, tal qual em relógios ou calendários na parede da cozinha de alguém. O Qualitativo, por sua vez, é multiforme e heterogêneo, uma vez que representa as

experiências constituídas no presente, recobradas do passado pela memória e projetadas no futuro como expectativas. O relógio e calendário de cozinha marcam o mesmo presente para duas pessoas diferentes; essas, no entanto, podem ter experiências, memórias e expectativas bastante diferentes entre si.

A hipótese discutida aqui é que a Autenticidade é um Valor e, como tal, possui critérios objetivos que a aproximam do tempo Quantitativo ao passo que a afastam do Tempo Qualitativo. Isto é, não importa o grau de experiência do observador, a expectativa acerca da autenticidade alegada de um objeto e/ou manifestação será mais ou menos uniforme e homogênea. Como abordaremos mais adiante, essa expectativa não se restringe aos juízos de Valor “bom” ou “ruim” – embora o discurso entorno do autêntico como valor influencie, também, esse juízo – mas de um grupo de outros juízos que, em última instância, desnaturalizam aquilo observado.

1º. O Valor. não é somente a preferência ou o objeto da preferência, mas é o preferível, o desejável, o objeto de uma antecipação ou de uma expectativa normativa (v. DEWEY, The Field of Value: a Cooperative Inquiry, ed. Ray Lepley, 1949, p. 68; Q.YUI-, KLUCKHOHN e outros, em foward a General Theory of Action, ed. Parsons e Schils, 1951, p. 422).

2º. Por outro lado, não é um mero ideal que possa ser total ou parcialmente posto de lado pelas preferências ou escolhas efetivas, mas é guia ou norma (nem sempre seguida) das escolhas e, em todo caso, seu critério de juízo

(v. C. MORRIS, *Varieties of Human Value*, 1956, cap. I).

3º. Conseqüentemente, a melhor definição de V. é a que o considera como possibilidade de escolha, isto é, como uma disciplina inteligente das escolhas, que pode conduzir a eliminar algumas delas ou a declará-las irracionais ou nocivas, e pode conduzir (e conduz) a privilegiar outras, ditando a sua repetição sempre que determinadas condições se verifiquem. (ABBAGNANO, 2007 p.993)

anúncios como “a autêntica comida sertaneja” ou algo que reproduza a equação entre autêntico e verdadeiro, traçando assim uma outra equação: o não-autêntico como falso. Outros conceitos como originalidade e integridade se confundem à autenticidade nesse processo porque em seus respectivos painéis semânticos estão contidas as mesmas equações; original e a cópia, o íntegro e o corrompido. Preliminarmente, podemos definir original como aquilo que está na origem ou se remete diretamente. Por sua vez e igualmente introdutório, consideramos íntegro algo que está completo em si. Esses conceitos serão novamente abordados e desenvolvidos ao longo do texto.

Fenomenologicamente, percebemos isso em

2.O que é, para quem, onde e quando: Uma História da Autenticidade

A ideia de *autenticidade* se torna evidente a partir de uma mudança de postura em relação ao passado. O passado se apresentava como *exempli gratia*, um manancial de condutas valorosas ou vergonhosas que pedagogicamente orientava as atitudes dos viventes. Evocado com esse teor, o passado se compunha – salvo algumas exceções – por *homens iminentes*. As hagiografias, canções de gesta, romances de cavalaria estabeleceram um código de conduta que diferenciava seus conhecedores nos modos de fazer e agir e nos meios para tal. Se portar como um santo, ter a bravura de um cavaleiro ou aguentar as provações de um herói; a autenticidade daquilo narrado como passado era secundário diante da imagem projetada pela narrativa.

Nesse primeiro caso o passado é uma fonte de mimese, de um princípio criador a ser reencenado. Mais adiante, à exemplaridade do passado é somada a ideia de *evolução*. O Paradigma da Ilustração consiste na ideia de

que o futuro representa, *a fortiori*, um estado melhor que o passado. Isto é, somos melhores hoje que ontem e piores que amanhã. Assentar o passado de forma correta e coerente com a verdade dos fatos era (e ainda é, para muitos) a forma de demonstrar a coesão desse Paradigma. Nesse contexto, a autenticidade dos vestígios do passado – materiais ou imateriais – é fundamental.

2.1 O autêntico-como-original

A ambiguidade entre autêntico e original se dá na percepção daquilo sobre o qual esses atributos são empregados. Uma aura, no sentido benjaminiano, que é “um tecido especial entre Espaço e Tempo: aparição única de algo distante, por mais próximo que esteja” (BENJAMIN, 2003 p.47). Um testemunho de um cotidiano passado ao qual podemos nos relacionar, de maneira analógica, com o presente. Se considerarmos nosso conceito preliminar de original – isto é, algo que está ou

se remete diretamente à origem – percebemos a importância da autenticidade-como-original no Paradigma da Ilustração.

A autenticidade-como-original estabelece uma ancestralidade unilinear que, em última instância, distingue identidades entre si. A questão das identidades tem forte apelo durante a formação do Estado-Nação e a ancestralidade responde à pergunta *desde quando somos quem somos?* Casos como o de Christian Jürgensen Thomsen, responsável por organizar o catálogo do acervo da Coleção e Preservação de Antiguidades da Dinamarca, revelam a importância desse recuo às origens no século XIX. Contratado em 1816 para a empreitada, sua abordagem metodológica do acervo remete à experiência adquirida com a numismática e, por isso, tem um viés estético. O método de Thomsen aplicado aos artefatos parte do pressuposto que a confecção em pedra é mais primitiva do que em bronze e esta, por sua vez, mais primitiva que em ferro. De fato, como aponta Bruce Trigger (2004), “Cabe presumir que ele [Thomsen] conhecia o esquema das três idades de Lucrécio através das obras de Montfaucon e Mahudel” (p.74). O uso do termo *primitivo* se encaixa no paradigma adotado por Thomsen, algo que evidencia uma percepção evolucionista linear dos artefatos. Como mencionamos anteriormente, essa percepção evolutiva dos artefatos repousa na experiência numismática de Thomsen. As longas dinastias e o estabelecimento de Casas da Moeda como a *Royal Danish Mint* (1541) permitem uma cronologia de técnicas e estilos de cunhagem. Se consideradas por sua estética, as cunhagens por percussão têm menos elaboração do que aquelas que resultam de moldes.

A analogia consiste, claramente, na percepção do refino estético com o passar do tempo. Isso é plausível no Paradigma da Ilustração e intensificada pela busca das origens culturais dos povos. Desvelar diante de uma audiência

uma longa cadeia cronológica que remonta tempos distantes, quase míticos, reforça a *territorialidade* a qual Meneses (2012) define como comportamentos associados aos espaços contíguos em que se desenrola o cotidiano. Vemos, assim, a construção de um imaginário baseado em evidências organizadas de forma plausível e que, de alguma forma, substitui velhos mitos comunitários de origem por narrativas que estabelecem um passado em comum.

Não abordamos, até aqui, um ponto muito importante no caso Thomsen: a autenticidade das peças do acervo. Este começou a se formar a partir da chancela real em 1807 para a nomeação da Comissão para Coleção e Preservação de Antiguidades. As peças aceitas como parte do acervo têm sua autenticidade auferida pela Comissão e ratificada pela cronologia estabelecida a partir delas. A autenticidade-como-original é uma atribuição conferida ao bem cultural e legitimada pelo conjunto de valores, percepções e atitudes em voga no Poder em um determinado tempo e espaço. Essa atribuição norteia-se por princípios que conformam a Economia Simbólica de uma sociedade em um dado momento e que são, ao mesmo tempo, estruturantes e estruturados de uma visão de mundo.

2.2 O Original-como-Autêntico

Outro aspecto da ambiguação entre Originalidade e Autenticidade: o original-como-autêntico. A raiz semântica está na ideia de genuíno, isto é, algo compatível “quanto às características que lhe conferem identidade, tais como autoria, materiais, técnicas, o contexto histórico (local e época), estilos, e até mesmo, a quem pertenceu o bem.” (DANTAS, 2019 p. 3). Portanto, se considerada a dimensão histórica, o original-como-autêntico figura como testemunho de um dado cotidiano e sua tessitura espaço-temporal. À guisa que conclusão preliminar, trata-se de uma

atestação da *verdade intrínseca* da peça, colocando-a em evidência na análise.

O modelo analítico proposto por Edward McClung Fleming (1974) estipula procedimento para a busca dessa verdade intrínseca. A História do Artefato – como chegou ali, a quem pertenceu, quem fez, onde esteve, quanto custou – apresentou um novo panorama investigativo para Fleming. Sua proposta articula dois procedimentos: a observação física da peça e a análise de sua *história*.

As cinco propriedades básicas fornecem uma fórmula que inclui e inter-relaciona todos os fatos significativos sobre o artefato. Essas propriedades do artefato são sua história, materiais, confecção, estilo e função. [...] As quatro operações a serem desenvolvidas nas cinco propriedades geram respostas para questões relevantes sobre o artefato. Essas operações são a identificação (que inclui classificação, autenticação e descrição), cujo resultado é um conjunto distintivo do artefato; avaliação que resulta numa série de julgamentos sobre o artefato, normalmente baseados na comparação com exemplos semelhantes; análise cultural, que examina várias inter-relações entre o artefato e sua cultura contemporânea; e a interpretação, que sugere os sentidos e significados em relação a aspectos de nossa própria cultura. (FLEMING, 1974 p. 156) Tradução

do autor¹

Colocamos a palavra “história” em itálico porque, no modelo de Fleming, essa se resume aos procedimentos heurísticos. O grau de genuidade de algo é atestado do cruzamento das categorias confrontadas entre si; quanto mais concordâncias na pauta cronológica houver, maior será esse grau. Por exemplo, o manifesto de uma embarcação que descreva uma carga de faiança cujas características sejam compatíveis com a de uma determinada peça analisada pode, se não determinar sua origem, ao menos confirmá-la como uma peça pertencente ao cotidiano alegado. Os materiais, os padrões decorativos, o processo de queima corroborariam para tal confirmação.

No primeiro caso que analisamos o objetivo era a constituição de uma pauta cronológica coerente, a qual a peça seria a materialidade confirmadora da plausibilidade dessa linha Tempo. Acontece, na situação em análise no momento, um deslocamento epistemológico do artefato tornando-o central.

O segundo passo da identificação é a autenticação, que tem por objetivo determinar se o objeto é genuíno. Então, qual seria o objetivo de datar, checar a procedência, autoria, materiais e técnicas de confecção? É algo falso ou uma cópia feita com o intuito de enganar ou uma reprodução sem essa intenção? Essa é realmente a cabana de madeira na qual Daniel Boone viveu? Essa é realmente a espada empunhada por George Washington em Yorktown? Essa

¹ “the five basic properties provide a formula for including and interrelating all the significant facts about an artifact. These properties of an artifact are its history, material, construction, design and function. [...] The four operations to be performed on the five properties yield answers to most of important questions we want to ask about an artifact. These operations are identification (including classification, authentication, and description), which results in a body of distinctive facts about the

artifact; evaluation, which results in a set of judgments about the artifact, usually based on comparisons with other examples of its kind; cultural analysis, which examines the various interrelationships of an artifact and its contemporary culture; and interpretation, which suggests the meaning an significance of the artifact in relation to aspects of our own culture.”

caneca de prata que traz a marca de Paul Revere teria sido feita por ele? As habilidades de um especialista ou a análise laboratorial podem ser usadas na autenticação, referida algumas vezes como “crítica externa”. Autenticação é précondição para uma identificação precisa. (FLEMING, 1974 p.156) **tradução do autor**²

A concepção de original-como-autêntico distingue o genuíno de suas reproduções. A cópia e/ou réplica de algo ou a *invenção* de uma tradição não são novidade. Entretanto, a desagregação identitária causada pela Aceleração da História apontada por Reinhart Koselleck (2014) parece ter como efeito a busca por experiências reais. Viajamos à procura de imersões culturais profundas para, ao retornar ao nosso cotidiano, emergirmos como mais plenos. Ou menos fragmentados porque trazemos uma miríade de fotos e souvenirs que atestam nossa experiência. A proteção e preservação da “cultura autêntica” se converteu em uma valiosa fonte de renda com diversificada cadeia produtiva envolvida. A cidade de Nazca, no Peru, tem um prolífero comércio assentado em seu passado pré-incáico. Seus geoglifos, conhecidos como as Linhas de Nazca, foram declarados Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1994 e sua paisagem guarda outros testemunhos genuínos desse passado. Os aquedutos de Cantalloc e o complexo de Cahuachi fazem parte do roteiro turístico arqueológico dos arredores da cidade e contam uma história que

remonta muitos séculos antes da unificação do *Tawantinsuyu* sob o comando de Pachacutec. É possível visitar todos esses lugares, com os devidos cuidados para conservação e preservação e acompanhado de por guias licenciados.

Também é possível comprar peças cerâmicas, produzidas com estrita atenção aos detalhes fabris: os materiais, as cores, os motivos decorativos. São, de fato, tão próximas às autênticas expostas nos museus da cidade que precisam de algo que as falseiem. O saber técnico reconstituído em mínimos detalhes – como o uso da oleosidade natural da pele para selar a argila e prepará-la para pintura – e cuidadosamente aplicado à argila para produzir, em última instância, algo verdadeiramente *falso*.

Essa preocupação tem ligação com o passado recente dos achados arqueológicos peruanos. Em 1942 o antropólogo estadunidense Alfred Louis Kroeber escreveu que o problema da arqueologia no Peru era ser *muito* popular. Raúl Asensio (2018) aponta que o termo “muito popular” é um eufemismo: entre arqueólogos, colecionadores particulares e *huaqueros*³, todos procuram o próximo tesouro. Mundialmente, podemos afirmar que a primeira metade do século XX foi repleta deles; Machu Picchu em 1911, a tumba de Tutankhamon em 1922 e Sutton Hoo em 1939 são alguns exemplos. A Arqueologia peruana teceu uma relação ambígua com os huaqueros. Ainda que a atividade – huaqueria – seja um crime, há uma construção argumentativa que coloca o huaquero como uma vítima da contingência e portador de um valioso conhecimento popular conversível em saber científico.

² “The second step in identification is authentication, to determine whether the object is genuine. Is it actually what it purports to be in date, provenance, authorship, material, and construction? Is it a fake or forgery made with a deliberate intent to deceive or a reproduction made without intent to deceive? Is this log cabin the one in which Daniel Boone actually lived? Is this sword truly the one worn by Washington at Yorktown? Was this silver tankard, with its Paul Revere mark, really made by Revere? The skills of connoisseurship or laboratory analysis, or both, may be used in authentication, which is sometimes referred to as “external

criticism”. Authentication is the precondition for accurate identification”.

³ Também chamados de guaqueros, são pessoas que buscam os locais sagrados de enterramentos andinos anteriores à invasão europeia do século XVI. O objetivo são itens de valor pecuniário alto no mercado de bens e artefatos arqueológicos. Muitos são oriundos de comunidades remanescentes e têm o conhecimento oral ou a experiência na procura desses itens.

O artigo “Huaqueros y Arqueólogos” de Manuel Burga (2012) estrutura essa ideia expondo, inicialmente, que a huaqueria é mais antiga no Peru que a pesquisa arqueológica científica. Ele divide, então, a prática em três momentos: aquele colonial, em que os saques aos sepultamentos eram realizados por espanhóis à procura de ouro. Um segundo, na metade do século XIX, apresenta a elite crioula como intermediária entre o huaquero e os compradores dos artefatos. Esses eram, em sua grande maioria, coleções universitárias ou museus. Ambos os casos deixam perceber que o interesse econômico pelo artefato era o único valor evidente, uma vez que colonizadores e criollos guardam pouco ou nenhum vínculo comunitário baseado na história pré-colombiana.

Entretanto, a persistência da prática após a segunda metade do século XX carecia de uma explicação, uma vez que a personagem principal se torna o próprio *campesino* que, em tese, é herdeiro direto dos lugares sagrados dos povos antigos. O argumento de Burga defende que a pressão econômica resultante de um desastrado processo de reforma agrária teria levado muitos à prática da huaqueria como meio de vida. É nesse momento que a Arqueologia começa no Peru e, também, começa a separar os *bons* huaqueros, que auxiliam nas escavações, dos *maus* huaqueros que insistem nas agora ‘escavações clandestinas’.

Formula-se um binômio cuja expressão repousa no culto nacional ao passado pré-colonização hispânica. De um lado, a comunidade de arqueólogos e aqueles licenciados por eles são os únicos que podem acessar fisicamente esse passado inumado. Do

outro o Estado, único proprietário e protetor legal desse passado trazido à luz novamente. A legislação peruana sobre o Patrimônio Cultural⁴ garante a circulação interna de bens culturais materiais móveis e proíbe a saída dos mesmos bens, exceto para: exposições, restauro ou como parte da comitiva diplomática. As restrições impostas pela legislação peruana têm por objetivo coibir ao máximo possível a circulação de bens culturais no mercado paralelo⁵. Isso explica o porquê de artesãos de Nazca nazquenos contemporâneos venderem uma contrafação que

Não é um exemplo de mentira através dos objetos. No máximo, quando um falso é apresentado como se fosse o original com a intenção explícita de enganar (não por erro), temos uma mentira emitida a propósito daquele objeto. (ECO, 2015 p.135)

O mercado paralelo e os souvenirs citados apresentam dois aspectos do mesmo fenômeno: a transnacionalização de bens culturais materiais e simbólicos. Néstor García Canclini (1994) associa isso à massificação da cultura e à globalização e argumenta a urgência em repensar as relações com o Patrimônio Cultural. Sua representatividade cultural deve ser o ponto de partida para as políticas públicas de preservação. Para tal, é necessária a superação do paradigma baseado na autenticidade e na aproximação da verossimilhança histórica. Essa superação permitiria a saída de um modelo metalinguístico acerca do Patrimônio para uma vivência real, com atribuição de valores e sentidos que tornem os bens culturais acima de tudo vivos.

⁴ Artigo 34o. “Excepciones de Salida” in: PERU. Lei 28296 “Ley General Del Patrimônio Cultural de la Nación y su Reglamento”, 2007.

⁵ Para exemplificar a extensão e um dos modi operandi desse mercado, citamos o levantamento publicado online pelo projeto Athar em 2019 correlacionando antiguidades

roubadas na Síria e sua venda em páginas de Redes Sociais. O nome ‘Athar’ significa antigo, em árabe, e é o acrônimo para ‘Antiquities Trafficking and Heritage Anthropology Research’. <http://atharproject.org/report2019/> acesso em 3 de fevereiro de 2021.

3.A Autenticidade como Valor

As duas considerações tecidas aqui apontam para posições diferentes da concepção de Autenticidade, mas não a definem. Podemos fazê-lo a partir da relação de identidade lógica expressa pela equação $A = A$. Há duas possibilidades de ler essa premissa tautológica: *A é igual a A* ou *A é igual a si mesmo*. Obviamente uma coisa é idêntica a si mesma, desde que no momento em que se estabelece a igualdade, ambos os membros da estejam íntegros. O estado de integridade pode ser definido como “a unidade que concerne ao *inteiro*, e não a *unidade* que se alcança no *total*.” (BRANDI, 2004 p.42). Como exemplo, se considerarmos o fragmento de uma faiança como ‘unidade’ no sentido previsto por Cesare Brandi, podemos reconstituir sua totalidade a partir de outras peças semelhantes. Entretanto, não há como afirmar que o objeto *total* corresponda ao seu idêntico perdido, dado que pode haver idiossincrasias que não foram igualmente recuperadas.

Essa reconstituição é uma inferência na qual as características físicas gerais de pratos semelhantes ao fragmento funcionam como premissas gerais. O fragmento em si é a premissa particular e o objeto reconstituído, a conclusão do silogismo. Tratamos aqui não de uma dedução, mas de uma abdução; as premissas gerais não são *universais* e a conclusão atende aos critérios de validade. A abdução é uma forma lógica de responder uma questão da maneira mais provável dada uma ambiguidade no fenômeno semiótico.

[...] temos um fenômeno semiótico quando, no interior de um dado contexto cultural, um dado objeto pode ser representado pelo termo *rosa* e o *rosa* pode ser interpretado por *flor vermelha*, ou pela imagem de uma rosa, ou por toda uma história que narre como se cultivam as rosas. (ECO, 2015 p.183)

A autenticidade tem suas raízes dos princípios da identidade, entretanto se estabelece como uma analogia expressa pela equação entre representâmens ou $R_a = R_b$. O representâmen é a terça parte da estrutura semiótica de Charles

Pierce, formada também pelo objeto e pelo interpretante. Um dado objeto é substituído completa ou parcialmente por um signo ou representâmen e sobre este ocorrem as ações do interpretante. Cabe aqui uma ressalva: essa substituição do objeto pelo signo não é, necessariamente, verdadeira (ECO, 2000). Por exemplo, há uma imagem bem estabelecida para *coração* e suas cores completam o signo: vermelho e rosa para sentimentos amorosos, amarelo para amizade ou preto para o luto. A forma ou as cores mencionadas não substituem *verdadeiramente* o coração humano anatomicamente correto, mas no fenômeno semiótico produzem sentido para o interpretante.

Atestar algo como autêntico e satisfazer a igualdade apresentada mais acima pode ser feito em dois momentos: síncrono ou assíncrono à constituição física do objeto. Quando levamos ao cartório um documento e sua cópia ($R_a = R_b$), um funcionário atesta a autenticidade dessa cópia por analogia e chancela um grupo de selos para atestá-la. Assim podemos portar ou entregar o duplo (a cópia autenticada) sem arriscar o dano ou perda do documento original. Quando lidamos com algo alegadamente autêntico mas distante temporalmente de sua origem, devem ser aplicados um rol de técnicas que atestem a verdade interna da peça. É autêntico aquilo cujos pontos elencados para sua verificação frente ao seu duplo ou ao conjunto de premissas que o formam se mostrem corretos. Para todo aquele que cuja relação acima se mostra incorreta ou inválida há uma série de termos que significam o *não-autêntico*. Falsificação, forja, contrafação, embuste, engodo são alguns exemplos que, no quadro semântico, assumem a posição de “falso”.

Em todos os campos de pesquisa, a História da Arqueologia é cercada por grandes casos de falsificação que, cedo ou tarde, são descobertos. Por outro lado, as grandes descobertas foram – e ainda são – postas em dúvida *a priori*, denunciadas como falsas. Em outros termos, é precisamente a *contra-expertise*

reclamada pelos denunciante que permitiu o desenvolvimento de nossos conhecimentos. Em suma, é ao falso (real ou deliberado) que devemos o abono das instituições de pesquisa, dos métodos, das técnicas e das bases teóricas da Arqueologia. (BESSE et al. 2011, p.13)
tradução do autor⁶

Entre abril de 2011 e janeiro de 2012 o museu suíço Laténium apresentou a exposição *L'Âge du Faux: L'authenticité en Archéologie* [A Era do Falso: a Autenticidade na Arqueologia]. A conclusão do excerto acima aborda simultaneamente os aspectos da autenticidade discutidos aqui. Há um falso que se passa por verdadeiro, desmascarado *a fortiori*. Há o verdadeiro que, tido como falso pela *contra-expertise*, é confirmado mais adiante. O princípio da ratificação/retificação, em seu aspecto ético, científico e do discurso está nesses dois momentos. Como juízo de Valor, extrair o verdadeiro do falso e/ou corrigir uma afirmação errada é um princípio deontológico, o “dever-ser” em um dado paradigma. O lugar do falso, portanto, é e deve ser provisório; seu expurgo é inerente ao correto proceder científico.

Apesar da posição do Falso na deontologia, seu aspecto como parte do procedimento científico mudou. A virada epistemológica, uma ‘reabilitação’ do Falso e do Erro, é relativamente recente na História das Ciências como um todo. Retomamos à década de 1960 e à crise paradigmática subjacente para analisar o ponto de inflexão da Lógica nas pesquisas. No paradigma racional ocidental, a crítica dos princípios de inferências válidas segue dois caminhos essenciais: o *ponendo ponens* (‘afirmar afirmando’) e o *tollendo tollens* (‘negar negando’). “A distinção lógica importante é entre a forma em que a segunda premissa é a afirmação do antecedente da

premissa condicional e a forma em que é a negação do consequente” (KNEALE e KNEALE, 1991 pp.100-101). Considerando o âmbito da Lógica Formal, o modo ponens é expressado pela fórmula ‘Se A então B; dado B logo A’ enquanto o tollens segue ‘Se A então B; dado Não-B logo Não-A’.

A Lógica Formal, por se tratar de uma teoria ingênua⁷, não aborda questões argumentativas, sujeitas às relações semânticas e semióticas. Este mesmo princípio é fundante da concepção de ciência formulada no século XIX: os procedimentos metodológicos e conceituais visam, em larga monta, estabelecer pontos *ingênuos*, ou seja, livre ao máximo de paradoxos. O ponendo ponens, cuja tradução é “afirmar afirmando”, é o princípio lógico do *Positivismo*. A confirmação das premissas gerais via premissas menores ou particulares resulta em conclusões afirmativas ou positivas, como no exemplo formal dado acima. Embora formalmente válido, ao tratarmos de ciência a pergunta ‘como se formulam as premissas gerais?’ exige uma resposta. Com tal intento em mente o Círculo de Viena estabeleceu o ‘Princípio da Verificabilidade’, ligado à *pesquisa antimetafísica dos fatos*.

Muitos afirmam que o pensamento *metafísico* e teologizante hoje volta a crescer, não apenas no âmbito da vida como no da ciência. Trata-se de um fenômeno geral ou somente de uma mudança limitada a determinados círculos? A própria afirmação confirma-se facilmente se atentarmos aos temas dos cursos nas universidades e aos títulos das publicações filosóficas. Todavia, também o espírito oposto, iluminista e de *pesquisa antimetafísica dos fatos*, se fortalece atualmente, tornando-se consciente de sua existência e

⁶ “Dans tous les domaines de recherche, l'histoire de l'archéologie est jalonnée de grandes « affaires » de falsifications, qui tôt ou tard, ont été déjouées. A l'inverse, toutes les découvertes majeures ont d'abord été – et sont encore – mises en doute a priori, et dénoncées comme des faux. En d'autres termes, c'est précisément la contre-expertise réclamée par de telles dénonciations qui a permis le développement de nos connaissances. En bref, c'est au faux (réel ou putatif) que nous

devons l'affirmation des institutions savantes, des méthodes, des techniques et des bases théoriques de l'archéologie.”

⁷ Usamos aqui o termo elaborado por Georg Cantor (1845-1918) em sua teoria matemática dos conjuntos. A palavra “Ingênua” refere-se à busca por relações mais simples entre os elementos estudados na busca de reduzir ou anular eventuais paradoxos.

avesso à especulação está mais vivo do que nunca, fortalecido precisamente pela nova resistência que se lhe oferece (CARNAP et al, 1986 p.6)

O Manifesto do Círculo de Viena, publicado como panfleto em agosto de 1929, é uma retomada do Positivismo e reclama o status de pureza das ciências empíricas diante das especulações do pensamento ‘metafísico e teologizante’. Ao considerar os fundamentos das Ciências Sociais no Manifesto, os autores afirmam que apesar dos esforços para a desambiguação das questões metafísicas “ainda não se alcançou aqui o mesmo grau de purificação alcançado na Física” (p.17). O empirismo presente na metodologia da Física conferiria o mencionado ‘grau de purificação’, firmando uma hierarquia entre as ciências. Aquelas que atendessem aos critérios do Princípio da Verificabilidade via reprodução empírica de experimentos seriam, em última análise, superiores.

As ideias do Círculo de Viena encontram resistência em dois autores: Karl Popper e Thomas Kuhn. Lançado originalmente em 1959, a *Lógica da Pesquisa Científica* de Popper aponta para o outro procedimento lógico, o *Tollendo Tollens* ou ‘negar negando’. Como o nome sugere, é uma oposição simétrica àquele que está na base do Positivismo e do Neopositivismo do Círculo de Viena. A *Falseabilidade* de Popper segue o mesmo Princípio da Verificabilidade, entretanto numa direção oposta, o que “equivale ao requisito de que todos os enunciados da ciência empírica (ou todos os enunciados “significativos”) devem ser suscetíveis de serem, afinal, julgados com respeito à verdade e falsidade; diremos que eles devem ser “conclusivamente julgáveis” (POPPER, 2004 p.41). Uma crítica semelhante às limitações impostas pelo Círculo de Viena pode ser percebida, mais sutilmente, no texto *Knowledge without Authority* [Conhecimento sem Autoridade] de 1960:

O problema da validade do

empirismo pode ser colocado, grosso modo, assim: a observação é a única fonte de nosso conhecimento sobre a Natureza? Se não, quais seriam as outras fontes? [...] Primeiro, a maioria de nossas considerações não são baseadas em observações, mas em todo tipo de fontes. ‘Eu li na *Times*’ ou talvez ‘Li na *Enciclopédia Britânica*’ são mais aceitas e definitivas como resposta para pergunta ‘Como você sabe isso?’ do que ‘concluí a partir de observações’ ou ‘sei isso porque parti de observações feitas ano passado’. (POPPER, 1980 pp.46-47) **tradução do autor**⁸

A crítica de Thomas Kuhn segue a Falseabilidade de Popper colocando-a em uma perspectiva histórica. Em seu *A Estrutura das Revoluções Científicas* de 1962, Kuhn contradiz a visão formalista da Ciência, isto é, a ideia de que essa seria o resultado de um acúmulo evolutivo unilinear puramente racional. O conceito de paradigma estabelece, para a História das Ciências, marcos cronológicos análogos àqueles usados na periodização clássica da História. Entretanto, seu conceito admite uma multiplicidade de *estágios* de elaboração dos paradigmas em um mesmo tempo. Muito embora seja tentador recuar e deslocar o conceito de Regimes de Historicidade de François Hartog, não cabe como categoria analítica para proposta de Kuhn. Com efeito, seu questionamento da unilinearidade evolutiva do panorama formalista se dá na perspectiva de uma racionalidade hegemônica e atemporal.

Essa racionalidade questionada por Kuhn se aproxima da ‘Sublime Verdade’ da filosofia clássica, seja como meio para atingi-la ou como objetivo final expresso numa hierarquia das ciências. No campo das ciências normais, isto é, “a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas” (KUHN, 1998 p.29) o cientista responde questões

⁸ “The problem of the validity of empiricism may be roughly put as follows: is observation the ultimate source of our knowledge of nature? And if is not, what are the sources of our knowledge? [...] First of all, most of our assertions are not based upon observations, but upon all kinds of other sources. ‘I read it in The

Times’ or perhaps ‘I read it in the Encyclopaedia Britannica’ is a more likely and a more definite answer to the question ‘how do you know?’ than ‘I have observed it’ or ‘I know it from an observation I made last year’.”

delimitadas pelos resultados de seus predecessores. Com efeito e sobretudo naquelas cujo empirismo é fonte essencial do conhecimento, o refinamento e precisão na obtenção dos dados é mais importante do que forçar os limites estabelecidos pelo paradigma

vigente. O pesquisador figura como um ‘solucionador de enigmas’ ou ‘quebra-cabeças’ internos do paradigma e o reforçam como um todo ao passo que também o fazem com os limites de sua ciência.

4. Considerações Finais

A ampliação do conceito de Patrimônio Cultural traz consigo diversas exigências e redefinições sobre a Autenticidade. A compreensão de John Ruskin (2013) sobre o tema interdita qualquer interferência posterior pelo risco da perda dos referenciais originais que marcam seu conceito de patrimônio.

É como centralizadora e protetora dessa influência sagrada, que a Arquitetura deve ser considerada por nós com a maior seriedade. Nós podemos viver sem ela, orar sem ela, mas não podemos rememorar sem ela. [...] há apenas dois fortes vencedores do esquecimento dos homens, Poesia e Arquitetura: e a última de alguma forma inclui a primeira, e é mais poderosa em sua realidade: é bom ter ao alcance não apenas o que os homens pensaram e sentiram, mas o que suas mãos manusearam, e sua força forjou, e seus olhos contemplaram, durante todos os dias de suas vidas. (RUSKIN, 2013 pp. 54-55)

Essa noção tem suas raízes no Romantismo europeu oitocentista e reflete o autêntico-como-original. Qualquer adição ou subtração poderia corromper a aura do patrimônio material imóvel. Em contraponto, muito embora na mesma perspectiva, Eugène Viollet-le-Duc (2013) afirma que “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-

lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.” (VIOLETTE-LE-DUC, 2013 p. 29). A Arquitetura como Arte Aplicada e seus produtos – os edifícios – são o lugar desses discursos antagônicos. Como no caso do também oitocentista Thomsen, a estética norteia a discussão.

Ruskin e Viollet-le-Duc se posicionam contra o Esquecimento das origens através da preservação de exemplares arquitetônicos do passado. Entretanto, a ameaça do apagamento desse passado toma contornos dramáticos aos olhos de Viollet-le-Duc, que viveu a França sob a égide do barão Eugène Haussmann e seu projeto remodelador do tecido urbano parisiense. As velhas catedrais góticas são marcas físicas da passagem dos anos e na Paris de Haussmann, uma mácula deixada à flor da pele da cidade: a lembrança de um cotidiano tido como feio, sujo e malvado. O II Império e seu coroado Napoleão III, portadores de um projeto de Progresso, não se reconheciam absolutamente nessa herança.

O lugar do discurso sobre o Patrimônio Material é a Arquitetura e a cidade é seu cenário por excelência. O IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, ocorrido em 1933 em Atenas, trazia como mote a cidade funcional. A época era propícia para discussão do tema, uma vez que a Europa ainda se recuperava das feridas deixadas pela Grande Guerra. Nesse congresso, o já consagrado arquiteto Charles-Edouard Jeanneret-Gris – cujo pseudônimo era Le Corbusier – apresentou a Carta de Atenas. Nela, Le Corbusier reforça a arquitetura como

o âmbito das preocupações acerca do Patrimônio, limitando indiretamente o debate sobre autenticidade.

São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem em si uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta, para os séculos futuros, essa nobre herança. (LE CORBUSIER, 1993 p.65)

A virtude plástica é uma herança da noção de Patrimônio do século XIX. Quando pensamos na aplicação das premissas da Carta de Atenas no Brasil, houve um grande esforço para validar a arquitetura colonial notadamente barroca nessa herança. A pureza das formas – que, não por acaso, ressonava com as ideias modernistas – foi o caminho para tal, em contraposição aos “exageros intelectualistas” do neoclássico e do eclético no Brasil. Esse Barroco arquitetônico puro em suas formas seria uma invenção original e, portanto, um autêntico testemunho que merecia ser conservado, preservado e mimetizado por aqueles que seriam seus legítimos intérpretes: os arquitetos modernistas.

Na década de 1960, a Carta de Veneza (1964) retoma o princípio do patrimônio material como “testemunha” do passado. No artigo 9º, a preocupação com a manutenção da “aura” se faz presente:

Artigo 9º - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo

conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstruções conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca de nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento. (Carta de Veneza, 1964)

Na mesma década da Carta de Veneza, as ciências humanas passam por uma crise paradigmática seguida de uma expansão de seus próprios conceitos. Discussões acerca de seus conceitos fundamentais ampliam campos de atuação, tocando esferas que antes eram restritas os membros aceitos de uma comunidade. Essa expansão, retomando a ideia de Thomas Khun sobre o pesquisador, é importante para a formulação de novas questões sobre os objetos de pesquisa. O Patrimônio Cultural e a Autenticidade se tornam parte da pesquisa de historiadores, antropólogos, filósofos, acadêmicos do Direito e da Sociologia e, como alerta Chimananda Ngozi Adichie (2009), desvelam os perigos da História Única porque

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade

despedaçada. (ADICHIE, 2009 p. 18)

No espírito de uma polissemia preenchendo não só o significado dos Patrimônios Culturais como também instituindo-os, a Conferência de Nara (1994) retoma a Carta de Veneza e faz um importante adendo à noção de Patrimônio

Cultural: o reconhecimento de temporalidades e histórias próprias de cada povo. Apesar das diretrizes gerais quanto a Autenticidade permanecerem as mesmas da Carta de Veneza, esse reconhecimento devolve às culturas o protagonismo de seus representâmens para constituição de seu Patrimônio e critérios de autenticidade.

Documentos

Carta de Veneza (1964) disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>

Conferência de Nara (1994) disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>

CARNAP et al. A Concepção Científica do Mundo – o Círculo de Viena. *In*: Cadernos de História e Filosofia da Ciência volume 10 pp. 5-20, 1986.

JEANNERET-GRIS, Charles Edouard (le Corbusier). A Carta de Atenas [versão de Le Corbusier: tradução de Rebeca Scherer]. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.

Artigos consultados e/ou citados

CANCLINI, Néstor García. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. *In* Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número 23 pp.95-115, 1994.

_____. Cidades e Cidadãos Imaginados pelos Meios de Comunicação. *In*: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VIII, nº1, 2002, pp.40-53.

DANTAS, Fabiana Santos. Autenticidade em Risco - Autenticidade de Bens Culturais: *um olhar jurídico*. *In*: Anais do 3º Simpósio Científico do ICOMOS/Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

FLEMING, Edward McClung. Arifact Study: A Proposed Model. *In* Winterthur Portfolio, vol. 9. Chicago: The University of Chicago Press, 1974.

Bibliografia consultada e/ou citada

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia 5ª edição revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O Perigo de uma História Única. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BENJAMIN, Walter. La Obra de Arte en la Época de su Reproducibilidad Técnica. Cidade do México: Editorial Itaca, 2003

BESSE et al. L'Âge du Faux: L'Authenticité em Archéologie. Hauterive (Suíça): Laténium, 2011

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano - Artes do Fazer 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ECO, Umberto. Tratado de Semiótica General tradução para o espanhol de Carlos Manzano. Barcelona: Lumen, 2000.

_____. Os Limites da Interpretação. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio *in*: Varia Historia, volume 22 número 36, pp. 261-273. Belo Horizonte, 2006.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Biblioteca Vértice, 1990.

HALL, Stuart. On Representation. Londres: SAGE publications, 2003.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. A Invenção das Tradições. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.
- KHUN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas* 5ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- KNEALE, William e KNEALE, Martha. *O Desenvolvimento da Lógica*. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1991.
- MAINGUENAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O Campo do Patrimônio Cultural: uma Revisão de Premissas* in: *Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural – Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: Desafios, Estratégias e Experiências para uma Nova Gestão – Ouro Preto, Minas Gerais, 2009*.
- NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire* tradução pra o espanhol de Laura Masello. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008.
- POMIAN, Krzysztóf. *Tempo/Temporalidade* in: *Enciclopédia Einaudi* volume 29. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.
- POPPER, Karl. *A Lógica da Pesquisa Científica* 9ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.
- _____. *The Two Fundamental Problems of the Theory of Knowledge*. Nova Iorque: Routledge Classics, 2012.
- RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória* tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração* tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.